

Idéias críticas: revista *Guanabara* (1849-1856)

Dr.^a Benedita de Cássia Lima Sant'Anna¹ (UNESP)

Resumo:

O exercício crítico como tentativa de elaborar um julgamento baseado “em padrões predeterminados: estéticos e históricos” (LOPES, 1978. p.18) teve início no universo da literatura brasileira por intermédio de textos de autoria de Justiniano José da Rocha, publicados nas páginas da Revista da Sociedade Filomática (1833). No entanto, foi continuado pelos colaboradores de publicações literárias lançadas posteriormente, como a Niterói – Revista Brasiliense (1836), a Minerva Brasiliense (1843-1845) e a Guanabara (1849-1856). Assim, no trabalho intitulado “Idéias críticas: revista Guanabara (1849-1856)”, apresento textos críticos publicados na Guanabara, procurando divulgar as idéias neles inseridas e demonstrar ao leitor atual como o juízo de valor se estabelece nos textos críticos nela impressos.

Palavras-chave: literatura, século XIX, crítica literária, crítica romântica, revista **Guanabara**

Considerar os textos críticos escritos em meados do século XIX, particularmente os de crítica literária, como pouco expressivos enquanto produção crítica ou menos relevantes que os textos críticos escritos em momentos posteriores, bem como menos relevantes que os escritos em nossos dias, é, certamente, desconsiderar sua importância para a formação de nossa literatura e história literária. É também desconsiderá-los enquanto produto de sua época, ou seja, negar-lhes a contextualização histórica, cultural, literária e política. Por esse motivo, procuraremos agora refletir sobre os textos críticos impressos na revista **Guanabara** (1849-1856) não com a visão de alguns leitores que, talvez por desconhecerem a importância desses textos para o estudo de nossa história crítico-literária, atribuem-lhes pouco significado, mas com a visão de um estudioso do século XIX que reconhece nos textos que serão discutidos a sua importância enquanto divulgadores de obras, apuradores do gosto e propagadores de idéias no momento em que se inserem e, ainda, divulgadores das idéias daquele momento para os estudiosos da história literária brasileira.

Antes de iniciarmos nossa reflexão, porém, lembramos que, lançada em 1º de dezembro de 1849 por Antônio Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel de Araújo Porto-Alegre, a revista **Guanabara** foi uma das mais importantes publicações impressas durante o nosso momento romântico. Contou com o apoio irrestrito do imperador D. Pedro II, foi dirigida pelos escritores citados e, posteriormente, durante a publicação do terceiro e último volume, pelo Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Nela se encontra publicada uma grande variedade de textos críticos, muitos dos quais ainda sem a assinatura do autor. Tais textos apresentam aquela característica noticiosa comum em notas informativas e em resenhas críticas da época. Outros, por sua vez, além de trazerem a indicação de autoria, discutem temas, debatem idéias e procuram indicar os caminhos que a literatura, as artes, o artista e o escritor brasileiro deveriam seguir. Pertencem a esse grupo de textos publicados na revista o ensaio **Resposta à Religião**, escrito por Antônio Gonçalves Dias; o texto **Retrospecto Literário**, escrito por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; o texto **A língua brasileira**, escrito por Joaquim Norberto de Souza e Silva; e os dois ensaios intitulados **Algumas Idéias sobre as Belas-Artes e a Indústria no Império do Brasil**, escritos por Manuel de Araújo Porto-Alegre.

O ensaio jornalístico **Resposta à Religião** é como o próprio título o define: uma resposta do poeta aos redatores do periódico **Religião**, escrito pela igreja católica, que, descontentes com suas opiniões sobre o papel desempenhado pelos padres jesuítas na colonização do Brasil – opiniões expressas nos ensaios **História Pátria: Reflexões sobre os Anais históricos do Maranhão**, por

Bernardo Pereira de Berredo, também publicados na **Guanabara** –, lançam no periódico religioso críticas contra o poeta e suas afirmações:

Em que funda o Sr. Gonçalves Dias para acusar o fanatismo da **censura fradesca** a escrita acanhada de um escritor? Não teremos nós imensos fatos para provar ao Sr. Gonçalves Dias, que salvo alguns casos muito raros, a censura era matéria de religião, (sic) nunca condenou a opinião livre que se elevava acima dos prejuízos do seu século. (Apud DIAS, 1850. p. 147)

Descontente por ter atraído a atenção dos redatores religiosos para as suas observações de uma forma que talvez não fosse de seu interesse, Gonçalves Dias insinua em seu ensaio de resposta uma retratação do que havia expressado sobre os padres e a influência do clero: “Longe de nós atribui a influência eclesiástica o modo por que um escritor português considera este ou aquele fato” (p. 147). Entretanto, a retratação fica apenas como simulação, como a encenação de um pedido de desculpas que não se concretiza, pois, como se pode observar desde o parágrafo introdutório, no ensaio **Resposta à Religião**, o poeta confirma as opiniões e as idéias por ele expressas.

Escrevemos um artigo sobre os **Anais Históricos do Maranhão** por Berredo, que vem impresso nos dois primeiros números do **Guanabara**. Censuramos o trabalho do autor português, e tocando na questão das raças indígenas, sem a qual é impossível compreendermos a primeira página da nossa história, fizemos ao correr da pena algumas breves reflexões de como nos parecia possível resumir em uma vasta síntese, e apresentar debaixo de um só ponto de vista, quais e quantas foram as raças que ocuparam o litoral e que ainda hoje habitam em parte o sertão do Brasil. Por incidente falamos nos jesuítas, e ainda por maior incidente, na censura religiosa. O nosso artigo mereceu a atenção dos redatores da **Religião**, que, depois de alguns elogios ao pensamento que nos havia guiado nesta tarefa, declaram que o nosso artigo não pode passar sem censura em uma cidade, onde existe um periódico religioso, e pretendem refutar o que nele lhes pareceu errôneo e ofensivo dos pios ouvidos. Lisonjeamo-nos não tanto das expressões benévolas de que se usou para conosco, como principalmente porque refutar somente duas idéias, que incidentemente apresentamos, deixando intato o principal artigo, é de alguma forma confessar que acertamos no que mais importava. (DIAS, 1850. p. 147)

Observa-se que o orgulho e a certeza de suas convicções impregnam a consciência crítica do poeta; observa-se também, por intermédio da leitura integral do ensaio, que isso não lhe diminui o ânimo nem lhe tolhe a visão coerente dos acontecimentos históricos: necessárias para a construção da argumentação.

É exatamente o modo como Gonçalves Dias constrói a argumentação, bem como as idéias e os conceitos nela defendidos, que vai despertar o nosso interesse por sua crítica. Uma crítica atenta aos fatos, aos trâmites de nossa história colonial.

Uma crítica em que a ironia se faz presente a cada nova discussão, a cada novo relato dos religiosos, os quais utilizam afirmações presentes em frases e trechos contidos nos ensaios do poeta sobre os **Anais Históricos do Maranhão**, para elaborar os seus questionamentos.

Dentre esses trechos, citamos aquele em que Gonçalves Dias se refere à censura dos frades: “... mas digamos, *como hoje se diz*, que eram prejuízos de então, e que Berredo, escrevendo sobre a imediata censura dos frades, não podia deixar de render atributo ao fanatismo da época” (p. 26), por considerá-lo o grande causador do embate entre os redatores do periódico **Religião** e o poeta-crítico.

Conforme observamos na primeira citação presente no texto que escrevemos, para os religiosos, o poeta atribuir a censura fradesca à falta de habilidade de Bernardo Pereira de Berredo

para redigir o livro sobre a história pátria era algo imperdoável, inconcebível. Por outro lado, para Gonçalves Dias, a interpretação dos religiosos levada “muito ao pé da letra” é que era inaceitável.

Talvez por esse motivo e, ademais, para reforçar as críticas feitas à censura religiosa, pela qual ele próprio estava se sentindo atingido, o poeta menciona:

O ilustre crítico [do periódico **Religião**], tão versado como é na língua portuguesa, (...) deveria ter percebido que alguma diferença vai em dizer-se censura dos frades ou censura fradesca: diríamos censura de frades por menosprezo, e censura fradesca por escárnio, por mofa; e Deus nos livre de escrevermos sorrindo e zombando sobre fatos de tão tristes conseqüências como foi a censura dos frades, a censura religiosa. (DIAS, 1850. p. 147)

A nosso ver, esse trecho é ainda mais provocativo que a sua afirmação anterior. Faz alusão a acontecimentos que serão empregados por ele como prova dos danos causados pela censura religiosa, a qual, segundo o poeta, foi a censura em todas as matérias, a censura que por milhares de vezes condenou a opinião livre. A censura que, naquele momento, estava sendo representada pelos redatores do periódico **Religião**.

Dentre os acontecimentos mencionados pelo crítico está a renúncia de Galileu – “que por baixo dos membros desconjuntados pelo cavalete da censura eclesiástica sentia o movimento da terra, de que naquele tempo (...) se fez uma questão de teologia” (p.148) –; a morte de Antonio José, que, segundo o poeta, foi queimado vivo não por ser judeu, mas por ter escarnecido dos padres; o exílio de Filinto Elísio, por ter traduzido uma comédia de Molière, e o fato de os livros, que, para serem publicados em Portugal, sofrerem “não uma senão muitas censuras, não de uma ordem senão de muitas” ordens (p.148).

Tais censuras, de acordo com Gonçalves Dias, faziam com que o autor desacreditasse em seu próprio texto, transigindo covardemente com o poder exercido pelos representantes da religião católica.

Ainda segundo o poeta, no Brasil, o poder exercido pelos padres causou dano mais significativo: com a desculpa de tomar conta da “terra por Deus e para Deus”, eles doutrinaram os índios, deixando-os em estado de transição, “nem selvagens nem civilizados”, incapazes, portanto, de viverem na cidade com os portugueses e de viverem na selva entre os índios que ainda não haviam sido catequizados (p. 149). Desse modo, pode-se dizer que, para Gonçalves Dias, a censura imposta pelos padres jesuítas às crenças e aos costumes dos indígenas foi responsável pela inadequação indígena ao meio em que vivia e, conseqüentemente, pelo extermínio dos nativos.

Notar-se que o ensaio **Resposta à Religião** é fundamentado em fatos históricos, não em observações imprecisas sem justificativas e meramente declaratórias, o que coloca em evidência o amadurecimento de uma crítica nacional, que se firmava aos poucos, assim como ocorria com a ficção literária brasileira, a língua portuguesa falada no território brasileiro e as artes aqui desenvolvidas.

Do mesmo modo, o texto **Retrospecto Literário**, escrito pelo Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, não é um texto meramente informativo ou noticioso. Trata-se de um texto em que o Cônego discute a influência do ano de 1854 para o progresso das letras pátrias. Ao fazer isso, reflete sobre a necessidade de incentivo financeiro e de um apoio mais significativo da população às publicações literárias; sobre a falta de colaboração escrita, traduzida pela carência de matéria com que essas publicações preenchem suas páginas, bem como sobre o pouco interesse dos jovens em fundarem novos periódicos literários no Rio de Janeiro ou colaborarem com os já existentes.

Para o Cônego, a ausência de tais aspectos era responsável por um ambiente de esterilidade literária, que podia ser percebido pela constatação de que apenas duas obras consideradas por ele

como relevantes haviam sido publicadas no ano citado: as **Obras Oratórias**, do Padre Mestre Monte Alverne, e a **Eneida Brasileira**, do Sr. Odorico Mendes. Assim, segundo ele, pouca ou nenhum influencia teve o ano de 1854 para o desenvolvimento das letras no país (PINHEIRO, 1855. p. 429).

A nosso ver, as reflexões do Cônego acerca dos fatos relacionados à literatura da época e a própria referência a tais fatos fazem de seu **Retrospecto Literário** um texto importante para o estudo histórico literário do século XIX e para o estudo da crítica então desenvolvida, principalmente da crítica impressa na revista **Guanabara**.

Além de servirem para contextualizar o momento literário romântico brasileiro, tais reflexões colocam em evidência os aspectos acima sugeridos (necessidade de um empenho mais expressivo por parte dos escritores, dos leitores e do governo), pois, sem isso, não se atingiria o desenvolvimento literário desejado. Como tais aspectos não podem ser desprezados pelo estudioso da literatura e da história literária brasileira, justificamos nosso interesse pelo texto **Retrospecto Literário**, do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Outro texto publicado na revista **Guanabara** que desperta o nosso interesse, bem como o interesse de boa parte dos estudiosos de literatura brasileira que tenham conhecimento de sua existência, é o texto **A língua brasileira**, escrito por Joaquim Norberto de Souza e Silva. Nele, o crítico sai em defesa de uma língua aqui falada, que já não era mais a falada em Portugal, porque havia sido modificada por acréscimos de vocábulos que recebera das línguas dos nativos (NORBERTO, 1855. p. 99).

Segundo Joaquim Norberto, assim como ocorreu com a literatura que, “da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país (...) dos nossos usos e costumes, tudo tão dessemelhante de Portugal” (p. 99), resultou em uma literatura nova: uma literatura brasileira diferente da portuguesa, também havia ocorrido com a língua falada no país, a qual já não podia mais ser considerada portuguesa.

Em defesa dessa língua brasileira aqui falada, Joaquim Norberto faz alusão a vários autores estrangeiros, como Ferdinand Denis, *Jarry de Mancy*, Garrett, Alexandre Herculano, e a autores brasileiros, como Domingos Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Mont’Alverne, Paula Menezes, entre outros, que assim como ele próprio haviam saído em defesa de nossa literatura. Ao fazer isso, provavelmente, o crítico está ressaltando que tal defesa deveria ser empregada como justificativa da existência da língua brasileira.

A nosso ver, as escolhas dos fatos comprobatórios e das referências que Joaquim Norberto faz em seu texto para justificar que a língua aqui falada já não era a portuguesa são bastante pertinentes para a causa defendida por ele e também para o estudo da literatura, haja vista que o texto **A língua brasileira** discute questões ainda hoje muito atuais no discurso de críticos e estudiosos da literatura e da história literária nacional.

Apesar disso, consideramos necessário ressaltar que o texto **A língua brasileira**, talvez por assumir uma postura pessoal de seu autor, ou por se render aos preceitos (ou preconceitos) de sua época, não faz nenhuma referência a modificações que a língua portuguesa aqui falada provavelmente havia sofrido devido aos acréscimos de vocábulos pertencentes às línguas maternas dos negros.

Para nós – sem que seja o nosso objetivo defender neste momento qualquer tipo de causa, por mais nobre que ela nos pareça –, a ausência de tal referência resulta em tirar a voz daquele que pela posição ocupada na sociedade escravocrata do período, não tinha o direito de falar. É deixar esquecido quem estava calado. E se essa postura não causa estranheza mesmo aos ouvidos mais atentos, aos nossos estimula certo ruído responsável pelo nosso questionamento.

Entretanto, tal fato não diminui a importância desse texto, que, conforme sugerimos acima, é muito significativo para o conhecimento do passado da literatura e, particularmente, da crítica literária brasileira. Além disso, ao nosso ver, a omissão do negro e das possíveis influências de línguas africanas na língua portuguesa falada no Brasil (ou seja, na língua brasileira defendida por Joaquim Norberto) corresponde à própria escassa participação da revista **Guanabara** no movimento antiescravocrata:

[A] **Guanabara** não se alheia à questão: nela aparece um artigo de Pedro de Alcântara Lisboa, de sentido mais histórico, e outro assinado simplesmente por C., onde a emigração, já estabelecida com finalidade colonizadora, provoca reações da “Sociedade de Emigração e Colonização alemã” (...). Poder-se-ia esperar mais da **Guanabara**, maior participação no movimento antiescravocrata, uma vez que ela surge quando a assim chamada lei Eusébio de Queirós (1850) torna mais rigorosa a observância da lei contra o tráfico. Mas **Guanabara** está preocupada com a febre amarela e com a própria e periclitante sobrevivência. (LOPES, 1978. p.95)

Sem o mesmo apego a discussões de aspectos relativos à língua e à literatura brasileira, mas sem deixar de contribuir com a sua defesa, os ensaios **Algumas Idéias sobre as Belas-Artes e a Indústria no Império do Brasil**, de Manuel de Araújo Porto-Alegre, discutem aspectos relacionados às artes (a arquitetura, a escultura, a pintura, a música, a dança e o teatro), por intermédio de reflexões que nos conduzem para uma viagem em tempos e países diferentes. Uma viagem que se inicia pela apreciação do talento do artista, seguida da apreciação da beleza feminina (da apreciação da musa inspiradora, seja ela na forma da mulher, da ambientação, ou das possibilidades proporcionadas pelas condições sociais, políticas e culturais) em países como Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Grécia antiga e Egito (PORTO-ALEGRE, 1850. p. 108-115/p. 135-142).

Interessam a Porto-Alegre as aptidões que, segundo ele, são demonstradas pelos povos desses diferentes países, como a do alemão para filosofia, a do inglês para os empreendimentos, a do italiano para a música, a do francês para as artes e a do português para os negócios, pois elas podem influenciar todas as ramificações de artes desenvolvidas em tais países (p. 109).

Provavelmente, é por esse motivo que, nos ensaios em questão, Porto-Alegre criou vários paralelos entre as belas-artes e essas indústrias, ou seja, essas habilidades e aptidões que cada povo demonstra para realizar algo.

No Brasil, de acordo com o crítico, havia a necessidade por parte dos portugueses aqui residentes de reprimir alguns talentos, entre os quais o talento para o desenho, particularmente para o desenho arquitetônico, haja vista que havia uma lei:

... que obrigava o vassalo português, que chegasse a possuir uma fortuna medíocre, a regressar à mãe pátria, [lei esta que fazia] com que os habitantes desta terra, já aclimatados, e gozando de regalias que a sociedade européia lhes negaria, fossem forçados a comprar três braças de terra, e a construírem umas casinhas de três portas, para ocultarem suas fortunas, e a assim fazerem com o tempo uma cidade, que se pode chamar: a cidade das três portinhas; caráter distintivo do Rio de Janeiro, e que só desaparecerá quando esta primeira, e mesmo segunda camada de edifícios, cair, ou se reconstruírem a novo; ou quando no espírito dos brasileiros se desenvolver em larga e permanente escala o gosto pela arquitetura, pela simetria, e pelo cômodo, ou então que eles chamem para compor as suas Câmaras Municipais a varões que saibam alguma coisa mais que o ordinário dos homens, e que prefiram o engrandecimento do seu país as temporárias concessões do egoísmo inqualificável da época, a quem cabe a glória de deixar grandes entraves e horríveis despesas aos vindouros. (PORTO-ALEGRE, 1850. p. 114)

A necessidade de ocultar o talento para a arquitetura criava no Rio de Janeiro esse ambiente feio, amesquinhado, que nos é sugerido pelas palavras do crítico. Tal ambiente, de acordo com o que está especificado em seus ensaios, refletia diretamente no desenvolvimento das belas-artes no Brasil. Como, normalmente, o que encontramos em uma forma artística pode ser encontrada em outra e as nuances apresentadas pelas artes arquitetônicas e plásticas de determinado momento, em geral, também estão presentes na literatura do período, era de se esperar que a literatura brasileira da época estivesse passando pelo estado de esterilidade literária, explicitado pelo Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro no ensaio jornalístico **Retrospecto Literário**.

Notar-se que o ensaio do Cônego Pinheiro e os ensaios de Araújo Porto-Alegre, apesar de não discutirem a mesma temática, não deixam de enfatizar a necessidade de um empenho mais significativo por parte do artista, do escritor, do leitor, do apreciador de obra de arte, do governo, das associações literárias, artísticas e culturais nacionais para reverter a situação de descaso do momento, pois só assim poder-se-ia promover o desenvolvimento das artes no país.

A preocupação em promover o progresso artístico, cultural e literário brasileiro, explicitada em tais ensaios, também está presente em outros textos críticos impressos na revista **Guanabara** e é, sem dúvida alguma, uma das idéias mais discutidas entre os literatos que colaboraram com a revista.

Do mesmo modo, a defesa da literatura nacional tão em voga na época estudada aparece explícita ou implicitamente como temática recorrente nos textos aqui apresentados, bem como em boa parte dos textos críticos impressos na citada revista. Entretanto, não são apenas essas idéias, ou seja, esses aspectos temáticos que chamam a nossa atenção para os textos críticos publicados na revista **Guanabara**, mas, sobretudo, a forma argumentativa com que eles foram elaborados.

Interessa-nos como os críticos discutem cada fato pertencente à literatura, à história, à história literária portuguesa, à história literária européia e à então recente história literária brasileira, como forma de provar e comprovar a opinião de seu autor.

Por apresentar essa argumentação baseada na análise de fatos, tais textos, além de serem importantes para uma possível discussão sobre a literatura, a história literária nacional e estrangeira, mostram-nos a leitura e o estudo feito pelo crítico (autor do texto) sobre o assunto por ele analisado.

É exatamente esse estudo, esse conhecimento sobre o assunto que seria discutido, que diferencia o modelo de crítica, iniciada na **Revista da Sociedade Filomática** por Justiniano José da Rocha, da crítica apenas noticiosa e apreciativa que como argumento contava apenas com a opinião pura e simples de seu autor.

Assim, levando em conta os aspectos argumentativos encontrados nos textos e ensaios críticos aqui apresentados, concluímos que, por se basearem na discussão de fatos literários e históricos, e não na simples impressão de seu autor sobre tais fatos, o ensaio **Resposta à Religião**, escrito por Antônio Gonçalves Dias; o texto **Retrospecto literário**, escrito por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; o texto **A língua brasileira**, escrito por Joaquim Norberto de Souza e Silva; e os dois ensaios intitulados **Algumas Idéias sobre as Belas-Artes e a Indústria no Império do Brasil**, escritos por Manuel de Araújo Porto-Alegre, que foram examinados por nós neste trabalho, dão continuidade ao modelo de texto crítico iniciado por Justiniano José da Rocha, diferenciando-se, portanto, da crítica noticiosa ou de valor puramente informativo, como eram em geral os noticiários e as resenhas anônimas publicadas na época.

Referências Bibliográficas

- [1] CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1971. 2 v.
- [2] LOPES, Hélio. **A divisão das águas**: contribuição ao estudo das revistas românticas. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978.
- [3] CAIRO, Luiz Roberto. **O salto por cima da própria sombra**: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura. São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- [4] _____. “Santiago Nunes Ribeiro e o **Minerva Brasiliense**”. In.: **Letras Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996. n. 106, p. 41-51.
- [5] _____. “Santiago Nunes Ribeiro e a nacionalidade da literatura brasileira”. In.: **Literatura e diferença – Anais do 5º Congresso da ABRALIC**. São Paulo: EDUSP/ABRALIC, 1995. p. 545-549.
- [6] DIAS, Gonçalves [Antonio Gonçalves Dias]. “Resposta à Religião”. In: *Guanabara*. Tomo I, 1850, nº 4. p. 147-153.
- [7] PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Retrospecto literário”. In: **Guanabara**, Tomo II, 1855, nº 12, p. 429-431.
- [8] PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Algumas idéias sobre as Belas-Artes e a Indústria no Império do Brasil”. In: **Guanabara**. Tomo I, 1850. nº 3. p. 108-115.
- [9] _____. “Algumas idéias sobre as Belas-Artes e a Indústria no Império do Brasil”. In: **Guanabara**. Tomo I, 1850. nº 4. p. 135-142.
- [10] NORBERTO, Joaquim [Joaquim Norberto de Souza e Silva]. “A língua brasileira”. In: **Guanabara**. Tomo III, 1855, nº 4. p. 99-104.

Autor(es)

¹ **Benedita de Cássia Lima SANT’ANNA, Profa. Dra.**
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Bolsista Pós-doc FAPESP
E-mail: cassiab@usp.br